

## Utopia do Bolsa Família

Françoise Iatski de Lima (\*)

*Criado em 2003, o Bolsa Família unificou programas sociais do governo FHC, que incentivavam saúde, educação, abastecimento de energia e gás em um cadastro único*

Em 2018, o número de famílias atendidas pelo programa de transferência de renda somou mais de 14 milhões. O benefício é concedido às famílias que comprovam situação de pobreza (renda média familiar inferior a R\$ 170). Se a renda per capita for inferior a R\$ 89, a família pode receber auxílio extra para sair da situação de extrema pobreza.

O presidente Jair Bolsonaro, diante da perda de popularidade e caracterizado - em 100 dias de governo - pelas propostas de cortes nos direitos sociais, trabalhistas e previdenciários, anunciou, por meio de sua rede social, a criação do pagamento de 13º salário às famílias beneficiadas pelo Bolsa Família e o corte de reajuste para esse ano.

Em se tratando de despesas públicas, esse bônus deve custar em torno de R\$ 2,5 bilhões aos cofres públicos em 2019, segundo o Ministério da Cidadania. E o governo precisa garantir mais R\$ 6,5 bilhões em crédito suplementar, para assegurar a execução do programa (orçada em R\$ 29 bilhões).

Crédito suplementar é entendido como a modalidade de crédito adicional destinada ao reforço de dotação orçamentária já existente no orçamento. É autorizado por lei e aberto por decreto do Poder Executivo. A autorização pode constar da própria Lei Orçamentária Anual (LOA) e deve indicar a fonte de recursos e justificativa. Vale ressaltar que a fonte de recursos foi supostamente citada como sendo os pentes-finos que vêm sendo feitos

para identificar fraudes no próprio Bolsa Família e em benefícios do INSS.

Apesar de ser considerado um programa modelo, o Bolsa Família não possui uma modalidade de reajuste com periodicidade definida. Os aumentos nos valores dos benefícios, básicos e variáveis, e a avaliação do critério de pobreza para compor as famílias que recebem o auxílio, são feitos conforme o orçamento e necessidades de cada governo, inclusive necessidades de aprovação juntamente a eleitores.

A despeito da eficiência do Bolsa Família, o combate à pobreza apertou no Brasil, muito por causa da grave e insistente recessão econômica. A crise apanhou empregos, reduziu a renda média e muitos brasileiros caíram de classe social. Destaco que não sou contra uma ação de distribuição de renda e de ampliação de um programa que é marca das ações priorizadas nos governos do PT, reconhecidas no mundo.

No entanto, a fome voltou a assombrar e a mortalidade infantil voltou a crescer. Temos cerca de 13 milhões de desempregados, ansiosos por medidas reais e imediatas, com impactos positivos e de longo prazo. Se não forem tomadas medidas mais eficazes para a geração de renda e emprego, a cada ano mais pessoas serão enquadradas no programa. Sozinho, ao fim do ano, o 13º não irá gerar empregos duradouros em nossa economia.

De um lado, o governo corta recursos para saúde e educação, além da própria assistência social. De outro, toma medidas populistas. Ao mesmo tempo que o governo anuncia como ação o investimento com o Bolsa Família, apoia o perdão da dívida do agronegócio.

Defendemos uma política mais eficaz e de equilíbrio das contas públicas.

(\*) - É mestre em Desenvolvimento Econômico e professora da Universidade Positivo.

## Mourão cogita adesão do Brasil à 'Nova Rota da Seda'



Hamilton Mourão prega uma postura mais aberta em relação à China.

Em visita à China, o vice-presidente Hamilton Mourão disse na segunda-feira (20) que o Brasil pode aderir à chamada "Nova Rota da Seda", projeto trilionário do gigante asiático para estender sua influência ao redor do globo.

"Estamos abertos a propostas de investimentos em infraestrutura, que é o que nos interessa", disse Mourão ao jornal O Globo. A declaração vai de encontro ao que pensa o presidente Jair Bolsonaro, que na campanha adotou

um discurso crítico contra a China e a acusou de "comprar o Brasil".

A "Belt and Road Initiative" (BRI), nome oficial da Nova Rota da Seda, prevê ao menos US\$ 1 trilhão em investimentos nos países participantes para interligar infraestruturas e telecomunicações, inspirada nas antigas rotas comerciais do Oriente. Até o momento, a Itália é a maior economia do mundo a aderir à BRI, o que levantou objeções dos Estados Unidos e da União Europeia (ANSA).

## Deputado é suspeito de integrar grupo criminoso

Policiais da Delegacia de Homicídios da Baixada Fluminense cumpriram ontem (21) vinte mandados de busca e apreensão, contra suspeitos de integrar grupo criminoso envolvido em homicídio no Rio de Janeiro. Um dos suspeitos é o deputado estadual Vandro Lopes Gonçalves, conhecido como Vandro Família. O parlamentar, ex-vice-prefeito de Magé, é suspeito de integrar o grupo que seria responsável por acobertar procedimentos administrativos fraudulentos na prefeitura daquele município.

A polícia também investiga o envolvimento do grupo no assassinato de Paulo Henrique Dourado Teixeira, o Paulinho P9, em março do ano passado. O militante político foi assassinado depois de denunciar um esquema de licitações fraudulentas em Magé, que envolveriam Vandro

e um empresário. Antes do homicídio, Paulinho foi ameaçado de morte pelo empresário. No dia 21 de março de 2018, o carro da vítima foi interceptado por criminosos que dispararam 15 tiros contra o veículo, matando Paulinho. Como nenhum pertence da vítima foi levado, a polícia considerou o crime uma execução.

Por meio de sua assessoria de imprensa, o deputado Vandro informou que já prestou depoimento sobre o homicídio e que não tem "qualquer conhecimento acerca dos fatos a ele imputados". Ele afirmou que confia na Justiça e que espera os resultados das investigações. Segundo o deputado, as acusações contra ele foram feitas por adversários políticos da região de Magé que tentam tirá-lo "do cenário político" (ABR).

# Proibir a cobrança de taxa por religação de água e energia

As concessionárias de serviços públicos, como as fornecedoras de água e energia elétrica, serão proibidas de cobrar taxas ou tarifas dos consumidores para religar ou restabelecer o serviço

É o que determina o projeto aprovado ontem (21) pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado. Segundo o autor, senador Weverton (PDT-MA), há uma lacuna legal na Lei de Concessões a respeito do restabelecimento de serviços públicos após a interrupção por falta de pagamento.

Sem norma, há espaço para abusos por parte das empresas concessionárias, que cobram taxas de religação, sem amparo legal e punindo indevidamente o consumidor, sobretudo os mais pobres. O relator, senador Mecias de Jesus (PRB-RR), lembra que a retomada do serviço tem sido regulada por normas infralegais, a cargo das agências reguladoras. As empresas se amparam no Código de Defesa do Consumidor, alegando a necessidade de buscar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos como justificativa para as cobranças, já que desligar o serviço por inadimplência gera um custo.



Proposta aprovada na Comissão de Assuntos Econômicos busca evitar abusos de empresas concessionárias de serviços.

Estados e municípios tentam regulamentar o assunto em âmbito local, e todo o quadro de incertezas tem levado a disputas e decisões conflitantes na Justiça. Entretanto, lembra o relator, é a União que tem competência privativa para legislar sobre águas e energia.

O projeto elimina a incerteza jurídica reinante e protege as partes mais vulneráveis das relações contratuais envolvidas, diz Mecias.

A senadora Kátia Abreu (PDT-TO) elogiou a iniciativa, dizendo que a proposta vai beneficiar principalmen-

te famílias de baixa renda. O senador Jean Paul Prates (PT-RN) lamentou o fato de o Poder Legislativo ainda ser obrigado a fazer normas desse tipo. Para ele, isso ocorre por conta da incompetência e omissão das agências reguladoras (Ag.Senado).

## Anistia Internacional faz recomendações ao governo federal

A Anistia Internacional (AI) lançou ontem (21) a ação 'Brasil para Todo Mundo', em que manifesta preocupação com a condução de políticas públicas na área de direitos humanos no país. Entre os pontos citados está o decreto que trata do porte e posse de armas e o chamado pacote anticrime. A organização divulgou uma carta aberta ao presidente Jair Bolsonaro com recomendações a respeito.

No documento, a AI pede a revogação do decreto que trata da posse e porte de armas de fogo e comercialização de munição por considerar que as novas regras podem contribuir para o aumento do número de homicídios no Brasil. "Não acreditamos que se resolverão problemas da segurança pública com mais armas", disse a diretora executiva da AI no Brasil, Jurema Werneck.

A organização defende uma nova regulamentação que não autorize a concessão de licença para posse e porte de arma de fogo sem procedimentos rigorosos e sem a devida comprovação de necessidade e que se observe uma série de condições mínimas. Sobre o pacote anticrime, em análise no Congresso, a avaliação da AI é que a medida irá "transgredir o direito à liberdade ao aumentar os pressupostos da prisão preventiva" e que "a regulação dos pressupostos da legítima defesa é vaga, contrária ao princípio da legalidade".

Entre as sugestões apresentadas está a de que a prisão provisória seja imposta unicamente como uma medida excepcional quando não houver alternativa. A carta aberta também menciona preocupação com a nova política nacional sobre drogas e com a demarcação de terras indígenas e quilombolas (ABR).

## Senado analisará projeto que limita os juros bancários

O Senado discutirá uma proposta que estabelece um teto para as taxas de juros aplicadas pelos bancos em operações de crédito. A proposta determina o limite de três vezes a taxa decidida pelo Banco Central. A autora, senadora Zenaide Maia (Pros-RN), explica que a motivação para a proposta é preencher uma lacuna deixada na Constituição.

Quando foi promulgada, a Constituição contava com um dispositivo que limitava as taxas de juros a 12% ao ano — qualquer cobrança acima disso seria enquadrada como crime de usura. No entanto, a Advocacia-Geral da União (AGU) entendeu que a regra não era autoaplicável, ou seja, dependia de regulamentação em uma lei específica. A lei nunca veio, e, em 2003, o dispositivo foi revogado.

"Assim, permaneceu sem tutela estatal a fixação das taxas de juros no Brasil, o que tem permitido às instituições



Senadora Zenaide Maia (Pros-RN), autora da proposta.

financeiras a cobrança de taxas abusivas, especialmente naquelas operações que não exigem maior esforço do tomador para sua contratação, como o cheque especial e o cartão de crédito", explica a senadora.

Zenaide destaca que um limite fixo poderia "engessar" a política monetária do Banco Central. Por isso, sua proposta optou por outro caminho: deixar livre para estabelecer

uma taxa básica e impor o limite sempre a partir dela. A senadora observa que algumas instituições financeiras cobram juros dezenas ou até centenas de vezes maiores do que a taxa básica, mesmo em operações de pouco risco. E que, em consequência disso, mais de 60% das famílias brasileiras estão endividadas, segundo números de 2017 (Ag.Senado).

## Negar indulto para crimes contra a administração pública

Condenado por crimes contra a administração pública, como a corrupção, não poderá receber indulto, que é o perdão da pena concedido anualmente pelo presidente da República para presos com bom comportamento. É o que prevê a proposta que tramita na CCJ do Senado, onde aguarda a designação de relator. A proposta é do senador Eduardo Girão (Pode-CE). Ele entende que os crimes contra a administração pública, embora sejam praticados sem violência ou grave ameaça, possuem grande potencial lesivo para a população brasileira pela malversação de recursos públicos, afetando, consequentemente, investimentos em setores sensíveis para a sociedade, como a saúde e a educação.

O senador destaca que esses recursos públicos são desviados para o atendimento de interesses unicamente privados e ilícitos. "Dessa forma, embora



Senador Eduardo Girão (Pode-CE).

não diretamente, pratica-se violência contra um número determinado de pessoas, muitas vezes com um efeito lesivo muito maior que aquele praticado por meio de violência física ou grave ameaça", avalia.

O benefício do indulto é dado a detentos que cumprem requisitos como ter bom comportamento, estar preso há um

determinado tempo, ser paraplégico, tetrapléxico, portador de cegueira completa, ser mãe de filhos menores de 14 anos e ter cumprido pelo menos dois quintos da pena em regime fechado ou semiaberto. Deve ainda não responder a processo por outro crime praticado com violência ou grave ameaça contra a pessoa (Ag.Senado).

## Rio terá "juizes sem rosto" contra crime organizado

A necessidade de proteção para juizes que lidam com o crime organizado — incluindo corrupção, lavagem de dinheiro, tráfico de milícia — motivou o Tribunal de Justiça (TJ) do Rio a adotar o sistema de "juizes sem rosto". Eles vão trabalhar em uma vara específica e os casos serão julgados por três juizes, sendo que só na sentença final haverá a assinatura do juiz natural do processo.

A novidade foi divulgada pelo presidente do TJ, desembargador Cláudio de Mello Tavares, e deve ser adotada a partir de junho, quando será criada a vara especializada. Segundo ele, a nova vara iniciará os trabalhos com 400 processos ligados ao crime organizado. "Vamos criar uma vara especializada, a fim de que juizes

que estejam sofrendo ameaças em alguns lugares, como Santa Cruz e Seropédica, para que esses processos passem a ficar no foro central", disse Tavares.

Também haverá rodízio de juizes na nova vara, para evitar que sejam identificados. Em casos de decretação de prisão, por exemplo, três juizes vão assinar a ordem, diluindo a responsabilidade sobre a ação.

Os 15 juizes que atuam na zona oeste, como Jacarepaguá, Santa Cruz e Seropédica — historicamente dominada por milícias — estão tendo escolta policial 24 horas. Além deles, mais sete, por trabalharem em varas de execução penal, por exemplo, também têm direito à escolta (ABR).